
Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural

Camila Rodrigues Maltêz*
Cristiane Paula Corrêa Sobrinho
Daphne Lorene Alves Bittencourt
Kelly dos Reis Miranda
Lilian Nascimento Martins

Orientadora: Prof^a Dra Magali de Castro**

Resumo

O presente artigo situa, a partir de uma retrospectiva do processo de definição do patrimônio histórico cultural no Brasil, a possibilidade de ações orientadas para um trabalho de conscientização e preservação do patrimônio cultural no país no âmbito das instituições escolares. Tal trabalho se concretiza na proposta da Educação Patrimonial, perspectiva pedagógica que visa a um processo de valorização, conhecimento e preservação do patrimônio cultural de nossa sociedade. Tendo como pressupostos as propostas de temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a orientação metodológica para o trabalho com a Educação Patrimonial expresso no Guia Básico do tema, elaborado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), os quais permitem se pensar em práticas a serem realizadas na escola, serão apresentados os principais fatores que ainda mantêm uma visão parcial acerca da amplitude do tema. A fim de se indicar o papel da escola neste movimento, enfatiza-se a Educação Urbana, que apresenta um caminho de efetivação do trabalho com a Educação Patrimonial, uma vez que a amplitude do tema acaba sendo refletida, ora no desconhecimento da relevância de práticas neste âmbito, ora em visões restritas acerca do tema, que ainda parece se mostrar, em muitos aspectos, longe da articulação com os conteúdos escolares, bem como com as vivências dos alunos.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Escola; Educação Urbana.

*Graduandas em Pedagogia pela PUC Minas.

**Doutora em Educação. Professora e pesquisadora da PUC Minas.

Notas Introdutórias

A presente discussão se deu a partir de investigações realizadas no campo da Educação Patrimonial e que fazem parte do percurso de investigação de nosso grupo na produção do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia.

Foi a partir do interesse em se investigarem práticas educativas no caminho da valorização das identidades culturais, compreendendo-se o patrimônio histórico – material e imaterial – que identificamos a Educação Patrimonial como caminho fértil na discussão dos referidos aspectos.

A historiadora Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999) identifica a Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Neste caminho, ainda nas palavras da autora, o contato direto com as evidências e manifestações da cultura proporciona um trabalho que leva os indivíduos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural.

Enquadrando-se numa perspectiva de educação abrangente, envolvendo o trabalho com os fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo.

A LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional indica, em seu artigo 1º, que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art. 1º).

Nessa perspectiva, o trabalho com a Educação Patrimonial proporciona, através

de um processo de reflexão sobre os bens culturais e sociais, a possibilidade de ações educativas neste campo.

A origem dessa expressão é inglesa (*Heritage Education*) e envolve um trabalho de alfabetização cultural, “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. (HORTA, apud ORIA, s.d., p. 1.).

No Brasil, foi a partir do evento¹ ocorrido no ano de 1983, por iniciativa do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), que a perspectiva da Educação Patrimonial foi, de fato, reconhecida.

De acordo com Horta (1999), foi a partir dessa experiência inicial que surgiram novas práticas e experiências desenvolvidas no país, acabando por culminar em “resultados surpreendentes”. Nesse sentido, torna-se destaque uma nova visão sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas como fonte de conhecimento e aprendizado, podendo ser inserida nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.

É a partir da apresentação de um breve panorama acerca das origens e transições que marcam o conceito de Educação Patrimonial atual que buscaremos apresentar nossas considerações acerca do papel da escola no trabalho com esta dimensão.

O Patrimônio Histórico-cultural: noções básicas

Foi no bojo do movimento modernista que se apresentaram, no Brasil, os primeiros aspectos da preocupação com a preservação do patrimônio cultural nacional.

Os modernistas nacionais acreditavam que o Brasil só seria capaz de adentrar-se

¹ Seminário sobre “O Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado em julho de 1983.

no mundo moderno a partir da busca de sua identidade própria.

No contexto desse movimento artístico, ocorrido no Brasil na década de vinte do século passado, os participantes envolvidos empenharam-se, então, em identificar aspectos e elementos em geral que configurassem um perfil artístico e cultural do país.

Com o objetivo de buscar as raízes e a identidade nacional, os modernistas empreenderam uma viagem a Minas Gerais. E nas cidades antigas mineiras eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos e núcleos urbanos coloniais abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada [...]. (ORIÁ, s.d., p. 28).

Para os modernistas, naquela época, o motivo maior da causa patrimonial era construir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição (SANT'ANNA apud ORIÁ, 2001). Foram eles os responsáveis pela definição e elaboração da primeira legislação cultural nacional neste sentido.

O primeiro projeto de preservação do Patrimônio foi elaborado, a pedido de Gustavo Capanema (ministro da educação no país, no período de 1934 a 1945), por Mário de Andrade.

O referido artista elaborou, em 1936, um anteprojeto para a criação do Instituto Preservacionista e as primeiras diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Esse anteprojeto serviu de base à lei posteriormente promulgada, em 30 de novembro de 1937, como Decreto-Lei nº 25. Nesse período também foi criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atualmente conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Nesse período, Patrimônio Artístico Nacional ficou definido como sendo “todas as

obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira [...]” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 90).

Mesmo apesar de o conceito de Patrimônio Artístico Nacional apresentar-se já no anteprojeto de Mário de Andrade, dividido em 8 categoriais, indicando uma possível abrangência, os patrimônios históricos eram identificados, por excelência, como obras de arte.

O Decreto-Lei 25/37, promulgado pelo Estado Novo, já havia sido aprovado pela Câmara e pelo Senado, antes mesmo da dissolução do Congresso após o ocorrido golpe de Estado. Esse decreto resultou de discussões ampliadas e refletiu o pensamento modernista da época.

Mantendo suas origens conceituais no estudo de Mário de Andrade, o conceito passou por algumas modificações, as quais incidiram, inclusive, sobre o universo de abrangência do conceito “obra de arte”. Nesse sentido, ficou definido como “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua veiculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 111).

Essa legislação deu ênfase aos chamados monumentos de “pedra e cal²”, em detrimento de outros bens culturais significativos.

2 A ideia de **patrimônio cultural**, a princípio, abrangia apenas a importância histórica de diversos locais em cidades brasileiras, sendo considerados como patrimônio cultural apenas sítios arquitetônicos e edificações. Esta concepção restrita de patrimônio cultural consagrou-se entre os estudiosos a partir do termo “de pedra e cal”, uma vez que se dava ênfase apenas a construções e demais edificações, desconsiderando-se, assim, a dimensão imaterial do patrimônio cultural.

As controvérsias acerca da significação de “Patrimônio Histórico”

A primeira legislação patrimonial, identificada anteriormente, ao dar ênfase apenas a monumentos e demais construções historicamente consagradas, foi caracterizada por um caráter elitista, uma vez que relacionava a ideia de preservação a “padrões de patrimônio”, isto é, somente a elementos artísticos convencionalmente identificados como “bens históricos valiosos e importantes”. O fato é que, a partir dessa concepção elitista, acabava-se por forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica (ORÍÁ, 2001, p. 131). Os conceitos e atribuições elitistas advindos dessa primeira concepção de “patrimônio” são tão significativos que, até os dias de hoje, são os responsáveis por grande parte dos problemas com a questão de pertencimento e valorização dos patrimônios culturais. O senso comum relaciona a expressão patrimônio histórico, com frequência, apenas a prédios, monumentos e demais edificações de notável valor histórico-arquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados (ORÍÁ, 2001, p. 131).

As noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio histórico-cultural encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento. É este o principal fato que caracteriza as discussões atuais acerca da noção de “patrimônio”. Foi a partir de constatações nesse sentido que se deram as principais mudanças que caracterizam o abrangente conceito atual de patrimônio histórico, a começar, inclusive, pelo próprio nome.

O “Patrimônio Cultural”

Foi a partir do avanço teórico-metodológico das Ciências Sociais, cada vez

mais dedicadas ao estudo das manifestações culturais, que a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” foi sendo substituída pela expressão “Patrimônio Cultural”.

Reflexo dessa modificação pode ser visto através do constante crescimento da participação da sociedade civil, através de entidades e associações que se posicionam frente à seleção e preservação dos bens culturais.

A terminologia substitutiva à de Patrimônio Histórico e Artístico é fruto de diversas discussões e análises que têm suas raízes, como já foi mencionado anteriormente, na constante valorização e maior percepção das manifestações culturais. Nesse sentido, a nova terminologia busca apresentar um conceito mais abrangente, uma vez que

a produção cultural humana [...] constitui um processo em curso e em constante e permanente transformação, cuja diversidade e riqueza ultrapassam sempre os modelos de qualquer modelo técnico previamente estabelecido” (ORÍÁ, 2001, p. 132).

Atualmente são compreendidos como patrimônios culturais elementos que vão desde construções de reconhecido valor histórico a manifestações culturais corriqueiras, pratos típicos, danças, fazeres e costumes em geral.

A atual Constituição Brasileira adotou a denominação Patrimônio Cultural e, no seu artigo 216, seção II – Da Cultura, coloca que:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, os objetos, documentos,

edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 216, seção II).

Educação Patrimonial: suportes didáticos

Dentre os instrumentos que indicam possibilidades didáticas de trabalho com o Patrimônio Cultural no Brasil e em Minas Gerais, destacam-se dois materiais: a *Cartilha do Patrimônio*, elaborada em 1989 pelo IEPHA, e o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, de 1999, elaborado pelo IPHAN, com a autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro.

Num período anterior à elaboração do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria do Estado da Cultura, publicou, no ano de 1989, a *Cartilha do Patrimônio*. Este material, “dirigido a todos os mineiros e especialmente às lideranças políticas e intelectuais, professores, estudantes [...]” (ROCHA, 1989), apresenta os principais conceitos acerca do tema Patrimônio, indicando seu significado e os aspectos legais que o permeiam (inventários, leis de tombamento, etc.), visando fomentar ações que valorizem os patrimônios históricos, preservando suas origens e compreendendo a relevância social e cultural dos mesmos.

Nessa cartilha, juntamente com as ações governamentais, da participação da Igreja e de lideranças comunitárias, destaca-se o papel da escola como agente no trabalho de preservação e valorização do patrimônio cultural. Um trecho da referida cartilha destaca que,

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor de nossos bens culturais [...]. (ROCHA, 1989).

Dentre as iniciativas colocadas pela cartilha ao trabalho do professor na concretização da proposta, destacam-

A educação patrimonial

A proposta metodológica para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi produzida, em termos conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de *Heritage Education* (HORTA et al., 1999).

A autora coloca que, a partir dessa experiência inicial, muitas foram as práticas e experiências desenvolvidas no país, que acabaram por culminar em “resultados surpreendentes”. Nesse sentido, torna-se destaque uma nova visão sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas, como fonte de conhecimento e aprendizado, com a possibilidade de inserção nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (HORTA et al., 1999).

se: a promoção de visitas a monumentos, seguidas de palestras e debates; redações sobre o patrimônio cultural; a realização, juntamente com os alunos, de pesquisas sobre a comunidade, a organização de minimuseus escolares, entre outras.

Já o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado no final dos anos 90, apresenta uma discussão mais ampla no que concerne à pluralidade do conceito de Patrimônio Cultural, destacando os aspectos metodológicos de apropriação, indicando etapas e possibilidades pedagógicas na reflexão sobre os bens culturais. Sua metodologia orienta para um trabalho na perspectiva de mudanças e permanências que caracterizam os elementos culturais e que se aplicam à investigação de um objeto, um monumento, ou mesmo a um sítio arqueológico.

Nessa proposta de trabalho com o patrimônio cultural, após a definição do objeto, fenômeno ou tema de estudo, a ação educativa se desenvolve nas etapas de a) observação – que envolve exercícios de percepção visual e sensorial; b) Registro – em forma de desenho, descrição verbal ou escrita; c) Exploração – através de levantamento de hipóteses sobre o objeto investigado; d) Apropriação – que envolve a recriação, a dramatização e demais formas de releitura do objeto/fenômeno/monumento observado.

Educação Patrimonial: possibilidades pedagógicas

Situando a perspectiva da Educação Patrimonial no trabalho da escola, destacam-se aspectos que indicam e possibilitam a inserção de temas relativos ao patrimônio cultural nos currículos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9394/96) indica, em seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (apud ORÍÁ, s.d., p. 1).

No mesmo caminho, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicam, em um de seus volumes, denominado “Pluralidade Cultural”, a interdisciplinaridade como elemento necessário no trabalho com a Educação Básica, a partir dos temas transversais. São estes os que dizem respeito ao Meio Ambiente e à Pluralidade Cultural. Nesse sentido, o trabalho com as noções de patrimônio cultural deve ser incorporado aos demais conteúdos escolares uma vez que, diante do caráter abrangente que define o próprio termo “Patrimônio”, a Educação Patrimonial também assume papel de abrangência, podendo ser entendida como

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do conseqüente interesse sobre o tema (ORÍÁ, s.d., p. 2.).

No entanto, mesmo diante do respaldo da LDB e dos PCN, bem como de projetos culturais e iniciativas de museus e centros de memória, o trabalho com a Educação Patrimonial ainda tem sua dimensão educativa pouco reconhecida.

Em pesquisa realizada no 1º semestre de 2009 por nosso grupo, que nos serviu de base para a construção do projeto de investigação sobre a Educação Patrimonial, foi possível detectar o pouco conhecimento acerca do tema. No entanto, mesmo não se apropriando do conceito e de metodologias formais, três das quatro professoras entrevistadas declararam acreditar na validade de ações pedagógicas voltadas para o trabalho com o patrimônio

cultural. Ao serem questionadas acerca das práticas por elas realizadas no trabalho com os bens culturais, os museus foram apontados como principal meio concreto de se viabilizar o trabalho com a Educação Patrimonial.

De fato, os museus, os centros de memória e os centros culturais têm assumido a realização de diversos trabalhos de Educação Patrimonial, realizados com um caráter de interatividade, e também a partir de projetos, cursos de aperfeiçoamento e seminários com professores e estudantes.

O Museu de Artes e Ofícios, o Museu Histórico Abílio Barreto e o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, por exemplo, oferecem às escolas visitas guiadas, bem como diversas atividades envolvendo dramatizações, brincadeiras, jogos pedagógicos, indicando diversas sugestões de abordagem dos temas ao professor. Essa integração – entre a visita escolar e as dinâmicas propostas pelos museus – se mostra como uma das principais formas de se abordar a reflexão sobre o Patrimônio Cultural na escola.

Tais iniciativas indicam a preocupação em se realizar um trabalho efetivo de conhecimento, apropriação e valorização dos bens histórico-culturais, a partir da aproximação do público ao patrimônio que lhes pertence.

O desafio na escola: O trabalho com a Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial, mesmo tendo seu significado e suas metodologias definidas, envolve diversos aspectos que acabam por simplificar ou mesmo não considerar sua relevância no processo de educação formal. Dentre os dados recolhidos em nossa pesquisa, foi possível detectar que o caráter interdisciplinar da Educação Patrimonial ainda não se mostra pleno na concepção das professoras. Nesse sentido, as práticas nesse campo acabam por ter seu conceito minimizado, reduzindo o trabalho com o

patrimônio apenas às iniciativas de museus e demais centros neste âmbito.

A fim de se apontarem alternativas definidas, conceituadas e de fato inseridas na problemática do trabalho com o patrimônio, muitas são as discussões que se apresentam.

Para Oriá (s.d.), a problemática da Educação Patrimonial funda-se na não compreensão do meio ambiente em sua totalidade. Para ele, embora a lei³ aponte para tal concepção, a grande maioria dos programas de Educação Ambiental tem sido omissa no tocante à sua dimensão socioeconômica e cultural, na qual se inclui a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico.

Já a historiadora Michele Arroyo (2005) indica como principal fator de entrave ao trabalho com a Educação Patrimonial a existência de práticas isoladas, em descompasso com as políticas públicas de proteção.

Nesse caminho, a historiadora também indica que a relação entre educação e patrimônio cultural, embora muito valorizada, pouco tem sido discutida entre os profissionais que atuam dentro ou em parceria com as políticas públicas de proteção, uma vez que,

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar. Temos, de um lado, políticas de proteção e, de outro, ações isoladas para que as escolas eduquem as crianças e adolescentes para respeitarem e protegerem o patrimônio de sua cidade. (ARROYO, 2005, p. 32).

³ Trata-se da Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental.

Educação Patrimonial e Educação Urbana: um diálogo possível

O conceito de Patrimônio Cultural possui caráter amplo, manifestando-se através de elementos materiais e imateriais. Tal abrangência se reflete, conseqüentemente, na compreensão do conceito de Educação Patrimonial.

Mesmo diante de diversas iniciativas, como as anteriormente destacadas, realizadas por iniciativa de museus e centros culturais, o trabalho de reflexão sobre o patrimônio e o reconhecimento da validade deste tema na formação dos sujeitos acaba sendo desvalorizado, principalmente no que diz respeito à variedade de possibilidades didáticas.

O fato é que a existência de diversos programas, iniciativas, cartilhas, dentre outros, apesar de ampliar a participação dos cidadãos, não garante, na maioria dos casos, a efetivação do trabalho de Educação Patrimonial, uma vez que os professores podem ou não se utilizar dos programas e demais sugestões a eles apresentados⁴. Nesse sentido, uma visita ao museu pode assumir apenas um caráter de passeio, mas, em outra via, pode também servir de base para a reflexão de diversos fatores do cotidiano da cidade, do país ou da comunidade.

Pensar em Educação Patrimonial no currículo envolve considerar, além da visita a diversos espaços extraescolares, um trabalho constante de articulação com a realidade, seja por meio dos temas transversais colocados pelos PCN seja pela metodologia apresentada pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Há alternativas plenamente possíveis, uma vez que a pluralidade de manifestações culturais, bem como os diversos tipos de instituições e comunidades, possibilita diversas formas de se abordarem seus patrimônios.

⁴ Fato identificado em entrevistas realizadas com 4 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim como o conceito de Patrimônio Artístico foi se abrindo à concepção de Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial precisa ser desmitificada, isto é, ter seu papel reconhecido no currículo, uma vez que se apresenta como elemento chave no trabalho com a cidadania, um dos objetivos primordiais na formação de sujeitos ativos e conscientes.

De fato, a reflexão acerca de aspectos relativos ao saber fazer das diversas culturas, bem como sobre os demais elementos materiais que compõem nosso cotidiano, leva, conseqüentemente, a um trabalho de conscientização do espaço urbano ao qual se pertence. Nesse caminho, tal trabalho envolve a reflexão acerca das especificidades, contradições e transformações que configuraram e que continuam marcando o espaço atual. O que seria isto, senão um trabalho com a Educação Patrimonial?

As linguagens da cidade têm um caráter pedagógico: porque a materialidade e a subjetividade da cidade expressam as relações e os valores sociais, políticos, racistas, de classe, de exclusão ou inclusão, que estão presentes na sociedade. Então, esses símbolos, esse patrimônio, representam a experiência cotidiana do cidadão e, ao mesmo tempo, educam o olhar e a percepção do outro, o que é fundamental para a construção da identidade. (ARROYO, 2005, p. 34).

Juntamente com os demais suportes citados (projetos e cartilhas, por exemplo), os quais, de fato fornecem importantes ferramentas no caminho da compreensão, bem como na elaboração de atividades que envolvam a Educação Patrimonial, a Educação Urbana pareceu-nos a principal possibilidade significativa na abordagem do patrimônio cultural, uma vez que

O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções

que encontraram para enfrentar esses problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.). Podemos facilmente comparar essas soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania. (HORTA, 2004, p. 3 apud. MORAES, s.d., p. 6).

Nessa concepção, esse trabalho de reflexão que envolve a Educação Urbana representa um trabalho de conscientização acerca do espaço de vivências de cada um. O urbanista Fernando Pedro situa suas possibilidades, indicando que

A educação urbana deve contribuir para preparar cada um para o exercício de convivência no espaço público. Deve mostrar a necessidade do indivíduo se deslocar para a ótica do coletivo; deve sensibilizar a todos sobre a interferência das construções privadas ou públicas sobre a qualidade do espaço público; deve acentuar a necessidade de preservar o patrimônio cultural, as áreas livres e o ambiente natural. (FERNANDO PEDRO, s.d.).

Ressaltando mais uma vez a postura de interdisciplinaridade a ser encarada pela escola no trabalho com a reflexão sobre o patrimônio e o espaço urbano, Arroyo (2005) indica que o trabalho com uma Educação para a cidade envolve a adoção de uma postura consciente das escolas na abordagem do patrimônio cultural:

Trata-se de que as escolas assumam seu papel de ressignificar as relações entre os educandos enquanto cidadãos e a cidade, sua memória, sua história, seu passado e seu presente [...]. Vista nessa direção a Educação Urbana poderia constituir-se em agente dinamizadora dos currículos escolares (ARROYO, 2005, p. 33).

Nesse sentido, um trabalho significativo com a Educação Patrimonial pode ser efetivado a partir de um olhar sobre o espaço urbano, sobre as construções, os modos de

vida e a representação que se mostram em nosso cotidiano.

Notas Finais

A Educação Patrimonial faz-se ainda muito desconhecida tanto no âmbito escolar quanto no da sociedade em geral, talvez por acreditar-se que ela esteja somente ligada à disciplina de História.

No entanto, mais do que envolver conteúdos dessa área do conhecimento, trabalhar com o Patrimônio Cultural na escola envolve pensar o processo educativo em sua amplitude, envolve o contato com a comunidade na qual se insere, com as vivências e produções dos alunos, com a percepção da cidade e do espaço que os cercam, mas não em aspectos fragmentados, a partir de atividades isoladas. A Educação Patrimonial se torna permeável através da interdisciplinaridade.

As várias formas de mediação da Educação Patrimonial possibilitam um conhecimento maior, por parte tanto dos educadores quanto dos alunos, sobre os bens culturais, contribuindo para a incorporação do senso de respeito e responsabilidade na valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como para o conhecimento da diversidade cultural que se faz presente na constituição dos elementos que o compõem.

O processo de se conhecer o patrimônio envolve a participação dos sentidos e, principalmente, a manifestação de um sentimento de reconhecimento diante do bem cultural, seja ele material ou imaterial.

Nesse caminho, a incorporação de temas deste campo nos currículos escolares envolve uma postura de compromisso da educação com a reflexão sobre o espaço onde se vive, sobre as culturas que o constituem, bem como os processos que o configuram tal como se mostra em um determinado momento. Tais temas tomam forma, garantindo sua significação na educação, a partir das diversas áreas de conhecimento que compõem o currículo.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial,

Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na necessidade do passado, para compreendermos melhor o presente e projetarmos o futuro. (MORAES, s.d., p. 6).

O maior desafio neste campo se mostra na necessidade de a Escola se configurar não apenas como um espaço de ensino de conteúdos propedêuticos⁵ mas principalmente de que as instituições assumam seu dever na formação de cidadãos críticos, conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem, bem como do mundo que os rodeia, conscientizando-os acerca de seus deveres, bem como da valorização e promoção do respeito e bem-estar com os espaços, as construções e as demais manifestações que marcam as vivências de seu tempo.

Abstract

This article is located, from the historical overview of the process of defining the cultural heritage in Brazil, the possibility of actions geared to an awareness and preservation of cultural heritage in the country within the schools. Such work is realized in the proposed heritage education, educational perspective that aims at a recovery process, knowledge and preservation of cultural heritage of our society. Taking for granted the proposed cross-cutting themes in the National Curriculum Guidelines and methodological guidance

⁵ De acordo com Duarte (1986): “Ensino que serve de introdução e que prepara alguém para receber, mais tarde, ensino de nível mais alto. Conjunto de estudos que, como estágio preparatório, antecede os cursos superiores.

for working with the Heritage Education expressed in the Basic tab of the subject prepared by IPHAN (Institute of National Historical and Artistic Heritage), which allow thinking in practice be conducted at schools, will present the main factors that still maintain a partial view on the breadth of the subject. In order to indicate the school's role in this movement, the Urban Education ultimately prove effective as a way of working with the Heritage Education, given the breadth of the subject ends up being reflected, sometimes in ignorance of the relevance of practice in this scope, sometimes in restricted views on the subject, which still seems to show in many respects, far from conjunction with educational content, as well as the experiences of students.

Keywords: Heritage Education, Heritage, School, Urban Education.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In: **Revista Outro Olhar – revista de Debates**. Ano IV, n. 4, BH, out. 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Antares: Nobel, 1986.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

ORÍÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br>.

ORÍ, Ricardo. Memória e Ensino de História.
In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas escolas**: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf

ROCHA, Guido. **Cartilha do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1989. 1 v. (sem paginação).

